



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral do Estado

RESOLUÇÃO PGE Nº 3887/2016

DE 29 DE ABRIL DE 2016.

APROVA AS MINUTAS-PADRÃO DE
TERMO ADITIVO PARA A
PRORROGAÇÃO DE PRAZO NOS
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS CONTÍNUOS COM
APLICAÇÃO DE REAJUSTE (P-01/16),
COM APLICAÇÃO PARCIAL DE
REAJUSTE (P-02/16) E COM RENÚNCIA
DE REAJUSTE (P-03/16)

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no
uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo n.º E-
14/001.000864/2016, e

Considerando caber à Procuradoria Geral do Estado a supervisão dos
serviços jurídicos da Administração Direta e Indireta no âmbito do Poder Executivo
(Constituição Estadual, art. 176);

Considerando que a Procuradoria Geral do Estado, no exercício de suas
funções, busca um melhor atendimento aos órgãos locais e setoriais do Sistema
Jurídico;

Considerando que tal atendimento visa orientar os citados órgãos no que diz
respeito à elaboração dos instrumentos contratuais e seu aprimoramento, estabelecendo
padronização sem descaracterizar as peculiaridades de cada contratação e,

Considerando que a elaboração de Minutas-Padrão não exime os órgãos de
consultarem a Procuradoria Geral do Estado, se assim o assunto exigir, nos termos do
artigo 4º, inciso III, da Lei nº 5.414.09 c/c o artigo 3º, inciso VII, do Decreto n.º
40.500/07,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral do Estado

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Minutas-Padrão P-01/16, P-02/16, P-03/16, que acompanham a presente Resolução, relativas a Termo Aditivo para a Prorrogação de Prazo nos Contratos de Prestação de Serviços Contínuos com Aplicação de Reajuste, Termo Aditivo para a Prorrogação de Prazo nos Contratos de Prestação de Serviços Contínuos com Aplicação Parcial de Reajuste e Termo Aditivo para a Prorrogação de Prazo nos Contratos de Prestação de Serviços Contínuos com Renúncia de Reajuste.

Art. 2º - É dispensável a audiência prévia da Procuradoria Geral do Estado quando o Termo Aditivo se enquadrar na Minuta-Padrão ora aprovada.

Art. 3º - Eventuais dúvidas ou esclarecimentos em relação às cláusulas constantes desta Minuta-Padrão deverão ser formalmente encaminhados à Coordenadoria Geral do Sistema Jurídico (PG-15).

Art. 4º - Caberá à Coordenadoria Geral do Sistema Jurídico (PG-15) comunicar às Assessorias Jurídicas da Administração Direta e Indireta acerca da presente Resolução e ao CEJUR (PG-9) promover a sua divulgação na página da internet da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 5º - A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução PGE nº 3684, de 29 de dezembro de 2014.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2016.

LUCIA LÉA GUIMARÃES TAVARES
Procuradora-Geral do Estado